

# Diário do Legislativo de 18/08/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/8/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 566/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Norte de Minas. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.440/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em Hospitais, Clínicas, Unidades de Saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 18/8/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 978/2007, do Deputado Jayro Lessa; 3.017/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.506/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.997/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.227/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.305/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.439/2009, do Governador do Estado; 3.507/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.327/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.343/2009, do Deputado José Henrique; 3.476/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.532/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.541/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.543/2009, do Deputado Carlos Gomes; e 3.548/2009, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 18/8/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 18/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 18/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.519/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães.

Requerimentos nºs 4.348/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.353/2009, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 18/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.340/2009, do Deputado Wander Borges; e 4.342/2009, e da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 18/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.452/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 18/8/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que torna obrigatória a implantação, no Estado de Minas Gerais, do processo de coleta seletiva de lixo em shopping centers e outros estabelecimentos que especifica, 566/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Norte de Minas, 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação, 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de

incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências, 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS ", na forma que menciona, e 3.440/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro, Braulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ronaldo Magalhães, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio, Vanderlei Jangrossi e Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 18/8/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.500/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2009.

Zé Maia, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.465/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Luz – Aseul –, com sede no Município de Luz.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.465/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Luz – Aseul –, com sede no Município de Luz. A Associação possui como finalidade a melhoria da qualidade de vida dos alunos residentes na localidade.

Na consecução de seu propósito, promove atividades nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer; firma convênios com entidades públicas e privadas com o objetivo de subsidiar o transporte coletivo de estudantes que frequentem faculdades, universidades e cursos técnicos superiores fora do Município de Luz; e oferece cursos de qualificação profissional a pessoas desempregadas e a pré-vestibulandos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.465/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2009.

Deiró Marra, relator.

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/8/2009

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, em primeiro lugar, desta tribuna, na tarde de hoje, as primeiras palavras do meu pronunciamento serão proferidas em memória do Dr. Antônio Cardozo, médico de Rio Espera e região.

Neste mundo marcado pela transitoriedade dos eventos e de seus personagens, há seres humanos que, pelo alcance social do seu trabalho e pela grandeza de suas ações, conquistam um lugar especial na memória do povo, permeando a história das gerações. São homens e mulheres iluminados, verdadeiros raios de sol que passam pela terra iluminando o caminho da gente comum para tornar menos árdua a jornada e menor

o número de obstáculos a serem superados. Esses seres humanos vêm e vão deixando entre nós a contribuição de sua vida em favor do próximo e da própria humanidade.

Dias atrás, mais precisamente na madrugada do dia 9 de agosto último, perdemos mais um desses raios de sol. A dor dessa perda está sendo sentida de forma mais intensa na cidade de Rio Espera e região, no Campo das Vertentes, em nosso Estado. Trata-se do Dr. Antônio Cardozo, médico, ex-Prefeito, líder político e comunitário, desaparecido em decorrência de um câncer que o derrotou.

Filho de Francisco Bernardo Cardozo Neto e Maria Luíza Cardozo, Guadalupe Antônio Cardozo, carinhosamente chamado de Dr. Antônio, nasceu em Alto Rio Doce em 18/10/59, Dia do Médico. Teve dez irmãos. Como era de família humilde, sua infância foi marcada pelo trabalho e pelas dificuldades naturais de uma época de ausência de recursos para que a vida fosse confortável.

Para custear os estudos, o jovem Antônio teve de trabalhar em estabelecimentos comerciais, sendo um destes um supermercado, como embalador. Revelando desde cedo vocação para a medicina, ingressou na Faculdade de Medicina de Barbacena, onde se formou clínico geral em dezembro de 1987.

Dr. Antônio trabalhou inicialmente na cidade de Lamim. Posteriormente desenvolveu suas atividades como médico em Rio Espera, onde já atuava há 17 anos. Trabalhou também em Jeceaba, Capela Nova, Cipotânea, Alto Rio Doce, Entre-Rios de Minas e Conselheiro Lafaiete.

Médico carismático e extremamente popular, logo conquistou a simpatia e a admiração da população de Rio Espera, cidade onde passou a residir. Casou-se com Alessandra Moreira Silveira, com quem teve dois filhos: Antônio Augusto Silveira Cardozo e Taynara Silveira Cardozo.

Em função de sua personalidade carismática e generosa, médico humanista e solidário, lideranças políticas de Rio Espera estimularam-no a candidatar-se a Prefeito Municipal. Eleito pela primeira vez em 1996, assumiu o cargo em 1997. Em 2000, foi reeleito com expressiva votação, reassumindo a Prefeitura em 2001 com mandato até 2004.

Em seus mandatos como Prefeito, Dr. Antônio desenvolveu um trabalho notável nas áreas administrativa e financeira, de saneamento básico, saúde, transportes, educação e reforma escolar, além da pavimentação do importante Distrito de Rio Melo e o calçamento do Distrito de Piranguita. Também construiu quadras na zona rural e um grande núcleo escolar na comunidade de Samambaia.

Em sua área de formação profissional, deu ênfase ao setor de saúde, contratando médicos, bioquímicos, dentistas, enfermeiras, e concluiu as obras do hospital e da maternidade da cidade, hoje referência para toda a região. Na área de lazer e turismo, buscou incentivar a produção da cachaça artesanal, realizando várias edições da Festa da Cachaça de Rio Espera. Ele também reativou a Festa do Rio-Esperense Ausente, uma das maiores atrações do Vale do Piranga e Alto Paraopeba. No setor de saneamento, deu destaque à implantação da Copasa. Na zona rural, priorizou a implantação e ampliação das redes de energia elétrica, a abertura e melhora das estradas.

Esta é uma pequena homenagem que faço à memória do Dr. Antônio: o homem simples e aberto, o médico caridoso e amigo. Em seu funeral, cerca de 7 mil pessoas de diversas regiões estiveram presentes, levando uma carinhosa despedida ao seu grande benfeitor. Dr. Antônio parte, mas nos deixa um legado de responsabilidade, competência, seriedade, um exemplo de médico, esposo, pai, amigo e companheiro. Dr. Antônio, todos nós sentimos a sua falta, mas temos certeza de que muitos seguirão o seu exemplo.

Srs. Deputados, o segundo assunto que trago à nossa reflexão nesta tarde refere-se novamente ao Aeroporto da Pampulha. Mais uma vez surgem rumores de que a Anac já se prepara para autorizar a realização de voos a partir da Pampulha para outros Estados, com aeronaves de grande capacidade, superiores às previstas na Portaria nº 93, que prevê a operação de aeronaves com capacidade inferior a 50 passageiros e dotadas de turboélice.

Há alguns dias, foram veiculadas na imprensa algumas matérias, aliás destacando o Aeroporto da Pampulha como um aeroporto que poderá ser utilizado já como instrumento auxiliar para a Copa de 2014. Essas notícias nos preocupam sobremaneira em virtude de já ter sido constatado, com muita clareza, que o Aeroporto da Pampulha não é adequado à operação de aeronaves de grande porte. Ele tem que ser valorizado e considerado como o portal da aviação regional do Estado. Todos sabemos, todos os Deputados têm conhecimento do ousado plano de revitalização dos nossos aeroportos no interior do Estado, implementado pelo Governador Aécio Neves. Até 2011, deveremos ter recuperadas e ampliadas obras de melhoria em mais de 170 aeroportos, dotando-se a grande maioria deles de condições de operação noturna, exatamente com o intuito e o objetivo de fomentar o desenvolvimento da nossa aviação regional. Trago novamente este assunto a esta Casa para que todos tenhamos condições de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Mais uma vez, gostaria de lembrar a todos os Deputados que o Aeroporto da Pampulha não tem licenciamento ambiental para operar nem nas condições atuais. Levamos essa questão à Secretaria de Meio Ambiente e, atendendo a uma solicitação da própria Infraero, foi sugerida a formalização de um termo de ajustamento de conduta - TAC -, que seria feito pela Secretaria de Meio Ambiente em conjunto com o Ministério Público Estadual e o Federal e com a participação da Comissão de Meio Ambiente desta Assembleia.

Em nossas mãos temos um ofício que foi encaminhado à Infraero em 14/7/2009, tratando do licenciamento de operação corretiva do Aeroporto Belo Horizonte, com o seguinte teor: "Sra. Superintendente, em resposta ao Ofício CF nº 1.048/SBBH, dessa Superintendência, solicitando a apresentação de proposta de termo de ajustamento de conduta - TAC - para cumprimento do disposto na legislação ambiental do Estado de Minas, vimos apresentar minuta do referido termo para exame dessa instituição".

Gostaria de ressaltar que a própria administração do Aeroporto da Pampulha solicitou a elaboração desse TAC e que fosse encaminhada à Infraero uma minuta desse TAC para sua avaliação.

Continua ainda o ilustre Subsecretário Ilmar Bastos, em seu ofício: "Lembramos que somente a assinatura do referido termo garantirá que nenhuma atuação ou embargo ocorra durante o período de licenciamento corretivo do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade. Informamos também que estaremos prorrogando a validade do Formulário de Orientação Básica Integrada - Fobi -, conforme solicitado no mesmo ofício". Vejam bem que a própria Infraero solicitou a prorrogação do prazo definido no Fobi e o encaminhamento do TAC.

Concluindo a sua solicitação, o ilustre Secretário diz ainda: "Solicitamos urgência no retorno de V. Sa. quanto ao assunto. Na oportunidade, colocamos-nos ao inteiro dispor dessa Superintendência para os esclarecimentos que se fizerem necessários".

Vejam os senhores que essa correspondência foi encaminhada pela Subsecretaria de Gestão Ambiental Integrada, assinada pelo Dr. Ilmar Bastos em 14/7/2009, há quase 30 dias. Até hoje não houve uma manifestação formal da Infraero ou da administração do Aeroporto da Pampulha em referência a esse TAC, o que preocupa a todos. Por essa razão, desta tribuna gostaríamos de alertar a todos os Deputados e as Deputadas e de solicitar providências urgentes da Secretaria de Meio Ambiente no intuito de autuar aquele aeroporto e, até mesmo, se for o caso, embargar as suas operações até que esse TAC seja assinado.

Achamos que foi, por parte da Infraero, um desrespeito a todo o processo de negociação, envolvendo os Ministérios Públicos Estadual e Federal, a Assembleia Legislativa e o governo do Estado. Até o momento, 30 dias após o envio dessa correspondência, nenhuma providência foi informada à Semad.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar à Secretaria de Meio Ambiente, por meio da Subsecretaria de Gestão Integrada, que imediatamente embargue as atividades desse aeroporto ou instale ali um processo de multas diárias até que aquela unidade encaminhe à Secretaria a sua proposta ou a minuta do TAC. Não podemos aceitar omissão por parte da Infraero nem da administração do Aeroporto da Pampulha em relação a tema tão importante como esse, que aliás já foi amplamente debatido nesta Casa e agora vem sendo debatido pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Secretaria de Meio Ambiente.

São essas as minhas ponderações, Sr. Presidente. Mais uma vez, agradeço-lhe a atenção.

O Deputado Gil Pereira\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, imprensa, minhas senhoras e meus senhores, é com muito pesar que comunico à Casa o passamento, em Januária, do Prof. Sílvio Brasileiro de Azevedo, uma das figuras mais carismáticas e importantes da nossa região. Nascido em Itacarambi em 18/2/19, de prestigiosa família política, foi o nosso pranteado companheiro professor nos Colégios Caciquinho, Instituto Cultural do Médio São Francisco, Colégio Estadual Olegário Maciel e Colégio Agrícola Federal, hoje Ifet. Neste último, foi Diretor por 12 anos - de 1976 a 1988 -, com profícua administração, imprimindo o seu caráter de competência e seriedade.

O Prof. Sílvio deu também à causa pública sua destacada contribuição, tendo sido Vereador e Prefeito, deixando marcas permanentes na sua trajetória. Permito-me transcrever para os anais desta Casa de Tiradentes a justa homenagem que lhe prestou o nosso comum amigo, o sempre Deputado Cléuber Carneiro: "Ontem Januária pranteou o passamento e testemunhou o sepultamento de um dos seus maiores pró-homens de todos os tempos: Prof. Sílvio Brasileiro de Azevedo. Mercê de uma operosa e digna vida pública, ele é merecedor de nossas mais calorosas homenagens. Amigo, culto, inteligente, com extremo sentimento cidadão, comprometido com as causas sociais, ele sempre teve a estima e o respeito de todos nós.

Sua trajetória foi rica e edificante: como professor, ele plasmou gerações, infundiu em seus alunos o amor pelas ciências e o culto ao saber. Transformou o Colégio Agrícola, dando-lhe dignidade e operacionalidade. Recuperou a credibilidade que a instituição havia perdido. Como político, ele sempre foi fermento do seu tempo, marcando com sua coragem e lúcidas posições o rompimento com estruturas acomodadas com o poder e não contemporâneas de um tempo novo que se anunciava. Como Prefeito, probo e operoso, deu visibilidade ao seu exercício. Como Vereador, imprimiu à Câmara caráter independente, respeitoso e participativo. Como dirigente maçônico, foi exemplo de apego filosófico à causa, sendo, por sua brilhante inteligência, fermento do trabalho que ali se realizava. Assim, foi o Prof. Sílvio Azevedo seguramente um dos que acrescenta sal à terra e aumenta a luz do mundo.

Que este registro, que marca o nosso respeito aos grandes mineiros, represente também um reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao Prof. Sílvio Brasileiro de Azevedo, aqui, em vida, homenageado com a Medalha do Mérito Legislativo, com muita justiça.

Que nossas palavras cheguem à família enlutada por intermédio de seu ilustre filho, Dr. Eustáquio José Pimenta de Azevedo, respeitado médico em Januária e estimado amigo nosso. Um abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e todo o pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia. Tivemos ontem a grata satisfação de reunir no Plenário desta Casa e na Comissão do Trabalho os Senadores Paulo Paim, Eduardo Azeredo e, principalmente, centenas de aposentados, pensionistas e entidades representativas dos aposentados, para discutir o fim do fator previdenciário.

Como autor do requerimento que propiciou esse debate, digo que foi muito significativo para mim ter dado a essas instituições e aos aposentados deste Estado a oportunidade de manifestarem sua indignação com a política previdenciária. Alguns se emocionaram e expuseram seus dramas com a voz embargada. Foi, sem dúvida, um momento marcante para a Assembleia de Minas, pois mostrou ao Brasil sua disposição de lutar junto aos aposentados e pensionistas por uma política justa de reparação dos danos que a nossa Previdência Social tem feito na vida de muitas famílias, levando algumas delas a um padrão de vida inimaginável, à carência extrema.

Acredito que todos, como eu, tenham-se impressionado com a simpatia do nosso Senador Paulo Paim, que, com paciência, procurou ouvir e atender a todos. Embora o Senador tenha feito a sua parte ao apresentar os projetos que tramitam hoje na Câmara dos Deputados em favor de pensionistas e aposentados, sabemos que a luta não cessa por aí. Temos, senhoras e senhores, muita luta pela frente. E esse é um embate difícil. Afinal, o governo não parece disposto a pagar sua dívida para com aposentados e pensionistas. Estes, como bem foi dito ontem na audiência, parecem descartados, numa relação nitidamente marcada pelo preconceito.

Interessante notar que nossos representantes, tanto no Congresso Nacional quanto no Senado, não são tão jovens assim. A diferença é que talvez essa aposentadoria, que significa a garantia de comida na mesa para muitos, não representa tanto para aqueles privilegiados assentados no poder.

Gostaria de levar àqueles que não puderam estar presentes a essa audiência e que nos acompanham agora pela nossa TV Assembleia as informações básicas desta reunião, que mobilizou os mais variados partidos em torno da discussão, lotando nosso Plenário e galerias, todos solidários com a mesma causa. É importante destacar também a presença dos Deputados Federais Antônio Roberto e Júlio Delgado. A discussão não se ateve somente ao fator previdenciário, que tem seu final previsto no projeto de lei do Senador Paulo Paim. A presença do Senador ensejou estender a discussão também a outros projetos de sua autoria, como o que prevê o fim da votação secreta tanto no Senado quanto na Câmara. É nesse expediente de esconder a cara por trás do sigilo que muitos de nossos representantes nas duas Casas traem seus eleitores, fazendo o jogo do poder em detrimento do interesse público, daí a necessidade urgente de se dar um fim ao voto sem nome e sem face. Como bem lembrou o Senador Eduardo Azeredo, o fator previdenciário foi criado no País em um momento de crise, mas agora o governo já pode extingui-lo, pois o Brasil está com suas finanças equilibradas. Não é racional o mesmo governo que se vangloria de ter promovido o crescimento de nossa economia negar aos aposentados e pensionistas a justa distribuição previdenciária.

Dizia o governo que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois fatiá-lo. E os aposentados e pensionistas acreditaram nessa tese, vendo seus rendimentos cair ano a ano, proporcionalmente ao salário mínimo. E - aliás todos sabemos disso - esse argumento de que a Previdência Social é deficitária é mentira. Na verdade, ela é superavitária. Entre os projetos que beneficiam os aposentados e estão prontos para votação na Câmara, temos o Projeto de Lei nº 4.434/2008, que trata da recomposição do valor de aposentadorias e pensões, instituindo índice de correção a ser aplicado de forma progressiva, em um prazo de cinco anos, até que os benefícios voltem ao patamar do salário mínimo. Esse projeto está na Comissão de Seguridade Social e Família. Temos também o Projeto de Lei nº 3.299/2008, que extingue o fator previdenciário. E nesse ponto gostaria de abrir um parêntese para falar da minha experiência pessoal.

Tendo atingido já os 36 anos de contribuição previdenciária, no ano passado procurei saber o valor da minha aposentadoria. Depois de cálculos e mais cálculos, fui informado de que, mesmo tendo contribuído sobre o teto de 10 salários, o que totalizaria cerca de R\$3.200,00, minha aposentadoria seria menor que R\$900,00, porque, segundo eles, a minha expectativa de vida seria de mais 27 anos. E eu contribuí, eu paguei, tenho o direito. Esse fator previdenciário, cálculo feito com base na expectativa de vida do trabalhador, sua idade e alíquota, reduz em até 40% o benefício.

O projeto que trata dessa questão está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e deverá seguir para a Comissão de Constituição e Justiça. Mas o governo já articula negociá-lo nos bastidores. Saibam que a manutenção do monstro desse fator previdenciário rende ao governo uma soma fabulosa de milhões de reais. Temos ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2006, que acaba com o voto secreto, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2003, que veda qualquer bloqueio ou contingenciamento das dotações orçamentárias, impedindo que os recursos previdenciários sejam destinados para outros fins.

Em nota oficial, os Ministros da Previdência, José Pimentel, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, admitiram, ontem, que existem condições objetivas para a concessão de um reajuste acima da inflação acumulada no ano aos mais de 8 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que recebem valores superiores ao do salário mínimo. Na nota, os Ministros fazem apenas a ressalva de que não estão definidos nem o percentual nem a forma de concessão desse ganho real, porque ainda estão sendo feitos estudos técnicos sobre o assunto. O que buscamos no entanto não são políticas aleatórias, decisões sem lastro, mas a definição de regras e condutas relativamente às aposentadorias e pensões.

Por que o governo pode dar-se ao luxo de renúncias fiscais significativas para aumentar as exportações? Por que não há um arrocho com os que estão em dívida com a Previdência? O Estado brasileiro tem uma dívida astronômica com a Previdência. É preciso que o governo tenha em mente que os aposentados e pensionistas são consumidores e, recebendo o que é justo, também aqueceriam o comércio, com reflexos em vários outros segmentos. Infelizmente, não havendo explicação plausível para essa má-vontade com aposentados e pensionistas, somos mesmo forçados a crer que há preconceito contra quem passou dos 50.

Nesta quarta-feira, lideranças sindicais se reunirão em Brasília com o Ministro da Previdência para continuar as negociações já em curso. Aposentados e pensionistas, não se acomodem, continuem mostrando sua insatisfação, sua revolta. Bem sabemos que o governo deseja sepultar, na Câmara, a tramitação de projetos que elevam as despesas do INSS, seguro talvez de que sua alta popularidade não será atingida. É contra isso que temos de lutar. Somos contrários ao projeto claro do governo de fazer deste país um universo de dependentes de esmolas.

Estou disposto a seguir com os aposentados e pensionistas até o fim. Ontem, conversando com o Senador Paulo Paim, fiquei sabendo que ele se dispôs a ir a todas as Assembleias Legislativas do Brasil e, com os sindicalistas e conselhos, marchar para Brasília, pintar a cara - se preciso for - e cobrar o direito daqueles que contribuíram para a riqueza do Brasil, daqueles que hoje veem seus salários achatados. Provavelmente deve sair alguma migalha, pois estamos em ano pré-eleitoral. Devem fazer alguma gracinha, mas, como foi dito, os aposentados e pensionistas não querem esmola, e sim o que lhes pertence por direito, querem que devolvam a contribuição que fizeram durante 30, 35, 40 anos. Não podemos nunca deixar de cobrar essa dívida que o governo federal tem com os aposentados e pensionistas.

Quero aqui registrar, Sr. Presidente, que também estamos nos mobilizando em defesa das Diretoras de Escolas do Estado de Minas Gerais. Tivemos uma audiência pública, quando foi feita a promessa de correção dos salários das Diretoras estaduais. Por isso vamos promover uma audiência para tratar desse assunto mais profundamente. Queremos mobilizar todas as Diretoras do Estado de Minas Gerais para que, juntos, possamos cobrar do Estado o que é justo e devido àquelas que ajudaram, ensinaram e trabalharam para o bem das nossas crianças e jovens, que são o futuro do nosso Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, ontem assisti também à audiência pública com o Senador Paulo Paim, o que me levou a refletir sobre a injustiça feita com o aposentado brasileiro. Este trabalha arduamente, sonha com uma aposentadoria digna, contribui sobre 5, 6, 10, 20 salários mínimos, mas, quando se aposenta, recebe muito menos. À medida que o tempo passa, pessoas que teriam o direito de ganhar 10 salários mínimos estão ganhando aproximadamente 2 salários, sem ter a menor condição de sustentar uma família. O Deputado Célio Moreira foi feliz na sua abordagem. Realmente essa é uma das maiores injustiças cometidas contra a sociedade brasileira.

Tenho elogiado muito o DNIT regional de Minas Gerais, sob o comando do Dr. Sebastião Donizete, que tem feito um grande trabalho, com ações importantes para a melhoria das rodovias federais em Minas Gerais. Depois que ele assumiu o cargo, esse setor tem melhorado muito, mas ainda existem alguns problemas graves. Refiro-me à minha região, à BR-491, São Sebastião do Paraíso-Arceburgo.

Trata-se de uma rodovia que tem 90% em estado razoável e 10% em estado péssimo. Há buracos isolados, verdadeiras crateras que pegam as pessoas de surpresa, principalmente durante a noite e em períodos de chuva. Fui a Muzambinho no último domingo, quando, às 18h30min, na subida próxima a Itamogi, pude ver cinco veículos parados. Podíamos ver famílias com malas paradas na estrada, motociclistas caídos com risco de morte, pessoas revoltadas.

Há um mês, eu mesmo fui vítima próximo a Monte Santo de Minas. Estava trafegando debaixo de chuva, meu carro estourou pneu, e entortaram-se duas rodas. O risco de acidente é constante, é uma situação grave. Então, precisamos de atitudes do DNIT para solução imediata do problema do trecho que liga São Sebastião do Paraíso a Arceburgo.

Vamos também falar de alegria para algumas cidades de Minas Gerais: 224 cidades saem do desprezo, do abandono, do sofrimento, do barro e da poeira. O Governador Aécio Neves, com sua equipe competente, com o Vice-Governador Anastasia, com seu secretariado, com o Fuad, com o Dr. José Elcio, do DER, traz essa grande conquista para essas cidades humilhadas pelo barro e pela poeira, pela falta de condição de ir e vir da melhor forma possível. Essas cidades não tinham rodovias asfaltadas. Na nossa região também havia algumas cidades. Agora, graças a Deus, ao nosso Governador, aos nossos companheiros, ao nosso Deputado Federal Carlos Melles, podemos comemorar. A última cidade sem asfalto, São Pedro da União, iniciará o asfaltamento nos próximos dias. Máquinas já estão sendo alocadas lá. A ordem de serviço já está saindo. Espero, então, que, no máximo em um ano, São Pedro de União tenha também a sua rodovia asfaltada.

Manifesto aqui o meu contentamento, a minha alegria ao nosso Governador Aécio Neves, a toda a sua equipe e a todos os parceiros. Comemoramos também com os nossos amigos da cidade de São Pedro da União, onde sou majoritário, bem como os da cidade de Juruaia, na qual não sou majoritário, mas onde tive grande votação; enfim, com todos os nossos parceiros que sempre acreditaram na realização dessas obras. Haverá 6km de extensão desse asfalto de Juruaia até a rodovia que vai de Nova Resende a Muzambinho, o que não estava previsto nesse projeto. Foi uma conquista nossa, por intermédio de minhas ações, junto com o ex-Prefeito Dr. Rubens, com os Vereadores, com o Otoniel, com o assessor Paulo Coalhada, enfim, com todos os nossos parceiros da região. Não podemos deixar de nos congratularmos também com todos os ex-Prefeitos, que exerceram os últimos cinco mandatos, bem como com todos os Vereadores, que sempre lutaram por essas rodovias.

Quero dizer também que o nosso Governador autorizou o projeto para o asfaltamento de Nova Resende a Bom Jesus da Penha. Essa é uma rodovia importantíssima, pois liga a região de São Sebastião do Paraíso, Passos, à região que vai para Muzambinho; depois vai até as cidades de Poços de Caldas e Alfenas. É uma rodovia de interesse regional. Faço um apelo, peço ao Governador que olhe com muito carinho essa questão e autorize essa obra. Sabemos que o Estado perdeu muita arrecadação. O projeto está autorizado. Se Deus quiser, esperamos que

autorize também essa importante rodovia, ligando Bom Jesus da Penha a Nova Resende. Da mesma forma, há a rodovia de Muzambinho a Caconde, no Estado de São Paulo. A parte paulista já está sendo feita pelo Governador de São Paulo, que já se manifestou positivamente à construção da rodovia. Estamos aguardando com muita expectativa essa obra.

Estamos também ansiosos pela rodovia que liga Pimenta a Guapé. Essa rodovia liga o Oeste ao Sul de Minas. Ela terá um atalho de aproximadamente 80 a 100 quilômetros entre Belo Horizonte e Boa Esperança, Alfenas, Varginha, passando pela cidade de Pimenta e saindo em Guapé. É uma estrada importantíssima para o fortalecimento da economia regional. Referimo-nos não só ao fortalecimento da economia agropecuária, mas também ao turismo, que tem ali um potencial grande, já explorado, mas que pode crescer muito.

O Governador também autorizou esse projeto. Estamos aguardando, esperando que ele autorize a obra, aliás importantíssima para Minas Gerais. Temos cobrado, nos manifestado e temos esperança de que isso se torne realidade. A grande discussão a respeito dessa estrada surgiu numa audiência pública que realizamos aqui na Assembleia, proposta por mim. Contamos com a participação de mais de mil pessoas da região do Lago de Furnas, numa promoção também do Lago, da MEG, dos Prefeitos da região, que muito ajudaram. Por intermédio dessa mobilização foi possível avançar. Conseguimos não só o projeto de asfaltamento, mas também o de tratamento de todo o esgoto do Lago de Furnas, lago que é o mar de Minas, uma maravilha. Infelizmente, há cidades da região que ainda não têm esgoto tratado. Esse esgoto que é jogado no lago, essa matéria orgânica transforma-se em algas nocivas, prejudiciais ao meio ambiente, principalmente aos peixes, prejudicando o tamanho deles e a qualidade da carne, que não é boa. Isso ocorre a partir do momento em que há muito esgoto jogado no lago.

Assim, espero que os avanços continuem. Já foram aprovados recursos pelo governo do Estado, e a Copasa deverá fazer o projeto de tratamento, em parceria com Furnas e com o Ministério da Integração Nacional. Espero que após os projetos aprovados, recursos sejam viabilizados para, em dois, três, no máximo quatro anos, o Lago de Furnas estar com a água tratada.

Falando da rodovia de Pimenta a Guapé, da sua importância, lembramos que há também uma rodovia importantíssima, a que liga São Sebastião a Guardininha. Guardininha é um Distrito muito maior do que muitas cidades mineiras. Trata-se de um Distrito bastante desenvolvido, com muito café, laranja, gado de leite. Há grandes fazendas com plantação de laranjas, que geram empregos, com desenvolvimento na área do milho, da soja. Ou seja, trata-se de uma região importantíssima que não tem rodovia asfaltada. Já conseguimos do Governador, até agora, determinação para um estudo que mostre a viabilidade econômica dessa rodovia. É preciso que o Governador Aécio Neves autorize o projeto para depois autorizar a obra.

Estamos há um mês ou 40 dias discutindo o Código Florestal. No Código Florestal brasileiro realmente há aberrações extremas, a ponto de, para se praticar a lei, o governo ter de confiscar mais de um milhão de propriedades só nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em Minas Gerais não é diferente. Acredito que mais de 300 mil propriedades desapareceriam do mapa para cumprir a legislação. Isso porque não se pode ter uma casa próxima a um lago, a um rio, a uma nascente, a um córrego; não se pode ter nenhuma atividade econômica nem nas áreas com declividade acima de 45%. Isso significa, então, que a maioria das propriedades mineiras teria de ser abandonada.

Realizamos várias discussões com o Governador, realizamos audiências públicas nesta Casa, aliás provocadas por nós, da Comissão de Política Agropecuária. Houve requerimento de minha autoria nesse intuito no ano passado, e realizamos uma grande audiência com a participação de mais de mil pessoas. No dia em que discutimos as potencialidades do Lago de Furnas, essa questão foi muito debatida.

O nosso governo, sensível aos problemas, apresenta-nos um Código Florestal mineiro, para votarmos e nele fazermos adequações. Ficamos felizes e agradecemos ao Governador Aécio Neves e a toda a sua equipe, como o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente. Houve avanços, muitos avanços, como o de respeitar aquelas atividades agropecuárias que já existiam antes de 2002, quando foi feita a adequação do Código Florestal brasileiro. Isso faz com que os produtores permaneçam nas suas atividades, continuem produzindo e ocupando as suas propriedades, desde que tenham ali um projeto técnico para conservação ambiental.

Até aí, está tudo bem. Achamos que é um grande avanço. Porém, preocupamo-nos muito quando se fala em "transição". Trata-se de um período em que, progressivamente, terá de se fazer não só a reconstituição daquelas áreas como transformá-las em áreas agroflorestais. Isso significa que muitos produtores terão dificuldades de continuar e depois permanecer na sua atividade. Essa é uma grande preocupação que tenho. Hoje o nosso estudo continua para ver se podemos fazer algumas mudanças, enquanto ainda é tempo, para que o projeto tenha o maior alcance possível e facilite a vida do nosso produtor rural.

Também vemos muita preocupação na questão dos custos para licenciamentos e prazos. Realmente houve avanço, as taxas são bem menores, e há também isenção daquelas multas aplicadas, de acordo com o nosso entendimento, de forma injusta. Isso também foi um grande avanço, mas nos preocupam muito os custos para a adequação dessas áreas de preservação.

Não se faz um metro de cerca gastando menos de R\$10,00. Produtor nenhum hoje tem R\$5.000,00 ou R\$10.000,00 na sua propriedade para aplicar em cercas ou outro tipo de fechamento. Sem contar que uma cerca tem vida útil muito pequena. Então, essa é uma grande preocupação. Precisamos criar mecanismos para buscar, sim, o máximo possível de preservação de nascentes, rios, córregos, áreas com grandes declividades, e isso deve ser pago pelos impostos cobrados da sociedade. Os impostos mais caros pagos no mundo são os nossos. Segundo informações, o Brasil é o segundo país que mais cobra impostos no mundo. Então, significa que nossos impostos precisam ir também para a atividade rural, porque é dali que sai o alimento do cidadão brasileiro. O governo federal precisa criar mecanismos e incentivos financeiros para que o produtor tenha recursos para manter sua reserva ambiental, sua reserva florestal.

Para encerrar, Sr. Presidente, digo que pude participar desde o início e que gostaria que avançássemos muito mais, mas fico feliz por poder contribuir, porque achava que, da forma como estava, era prejudicial ao meio ambiente. Para fazer uma bacia para captação de água da enxurrada para combater um processo erosivo na propriedade, por exemplo - uns falam barraginha, outros falam bacia seca -, é preciso retirar uma licença ambiental. O Estado não tem estrutura, não tem condições de fazer bacias. Então, isso é prejudicial, diminuiria as intervenções para melhorar o meio ambiente.

Com a nossa ação aqui dentro da Assembleia, conseguimos avançar, e todo produtor poderá fazer sua bacia de contenção, combater a erosão, sem ter burocracia, sem ter dificuldade. Fico feliz por ter contribuído também nessa parte. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Cumprimento a todos e a todas e quero, neste dia 11 de agosto, fazer um registro e cumprimentar os estudantes, pois hoje é o Dia do Estudante; cumprimentar também os advogados porque 11 de agosto é o Dia do Advogado; cumprimentar os nossos garçons porque 11 de agosto é o Dia do Garçon, e é o dia também da criação dos cursos jurídicos no Brasil. É, então, uma data bastante significativa, bastante importante para categorias fundamentais do nosso povo.

Quero também nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer um registro. Estive, na última sexta-feira, na nossa querida Governador Valadares, onde pude participar, juntamente com a Prefeita Elisa Costa, da inauguração do Espaço da Cidadania, local inaugurado pela Prefeita Elisa para a execução de políticas públicas para a juventude, a mulher e a promoção da igualdade racial. É um belíssimo espaço, uma belíssima casa

aberta à sociedade civil, aos movimentos populares, localizada na Avenida Brasil, 3.021, no Centro de Governador Valadares. Lá compareci, assim como diversas lideranças comunitárias, os Vereadores em peso, um representante da Secretaria Nacional de Juventude, o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres. Na oportunidade, a Prefeita Elisa Costa chamava a atenção para a importância de espaços como esses.

A Prefeita Elisa Costa lembrava que a abertura do Espaço da Cidadania propicia o desenvolvimento de políticas públicas, promove oportunidades para todos. A Prefeita chamava a atenção para as três populações - as mulheres, os jovens e a comunidade afro-brasileira - que estão integradas nesse Espaço. Ela dizia que, apesar de representarem a maior parte da população de Governador Valadares e até da brasileira, no caso desse Município são estas as pessoas que menos têm acesso às políticas públicas. Por isso, no início do governo da Prefeita Elisa Costa, começa-se a mudar a visão, a forma de governar. Seu governo se inicia com um forte choque de inclusão social, valorizando políticas públicas para esses setores importantes.

O Espaço da Cidadania foi inaugurado em um momento bastante oportuno, quando um estudo pela Unicef, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj -, apura o chamado Índice de Homicídios na Adolescência - IHA. Essa pesquisa inédita compõe um dos eixos de atuação do programa de redução da violência letal contra adolescentes e jovens. Esse índice de homicídios é uma ferramenta que estima o risco de adolescentes com idade entre 12 e 18 anos perderem sua vida em decorrência de violência, especialmente com arma de fogo.

O IHA avalia alguns fatores que podem aumentar o risco de morte considerando raça, gênero e idade dos adolescentes. Ele expressa, para um universo de mil pessoas, o número de adolescentes que, tendo chegado à idade de 12 anos, não alcançarão os 19 anos porque serão vítimas de homicídio, ou seja, estima-se o número de homicídios que se pode esperar ao longo dos próximos sete anos, que alcançarão jovens de 12 a 18 anos, se as condições de vida desses adolescentes não mudarem. Hoje os homicídios, a maioria cometida com arma de fogo, representam 46% das causas de morte dos cidadãos brasileiros dessa faixa etária.

O estudo, que avaliou os 267 Municípios do Brasil com mais de 100 mil habitantes, chegou a um prognóstico alarmante. Estima-se que o número de adolescentes assassinados entre 2006 e 2012, ou seja, compreendendo também os próximos sete anos, ultrapasse 33 mil se não mudarem as condições que prevalecem nessas cidades. O valor médio do IHA para esses Municípios foi de 2,03 jovens, mortos por homicídio antes de completarem 19 anos, para grupos de mil adolescentes de 12 anos. Todavia, há localidades em que o índice é extremamente elevado se comparado com essa média.

Municípios de Minas Gerais chamam nossa atenção. O índice de Governador Valadares chegou a 8,5%. Contagem, Ibitiré, Betim e Ribeirão das Neves também estão entre as 20 cidades com maior IHA. Estou dizendo isso aos senhores para lembrar o papel fundamental do poder público. A Deputada Elisa Costa está cumprindo sua parte, aumentando os investimentos nessa área, assim como também vem fazendo o governo federal, com alguns de seus programas, como o ProJovem, com a qualificação de jovens e adultos, o Segundo Tempo, com formação e investimentos na educação.

Poderíamos citar importante política pública desenvolvida em Governador Valadares, por meio do governo federal. Refiro-me ao polo, em Governador Valadares, da Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop -, que realizou agora seu primeiro vestibular, com 120 vagas na graduação, no curso de Administração Pública, na modalidade a distância. Não se trata de um curso presencial, mas a distância, ministrado no Polo de Apoio Presencial de Educação a Distância de Governador Valadares, que fica na Escola Estadual Prefeito Joaquim Pedro Nascimento.

A Ufop inaugurou seu curso a distância, e a UFMG já tem também lá outros cursos, entre os quais citamos quatro de graduação, dois de pós-graduação e um de extensão. Temos cursos na área de Ciências Biológicas, Química, Pedagogia Básica, Técnico em Saúde da Família, além de cursos relacionados à formação de enfermeiros, ensino de artes visuais, gênero e diversidade na escola. Esses, portanto, são exemplos importantes de investimentos do governo federal no combate à violência e à morte de adolescentes. Só conseguiremos isso se mudarmos as condições de vida da juventude.

Na oportunidade, quero chamar a atenção também do governo de Minas Gerais a fim de dispormos de políticas públicas mais efetivas voltadas para essas cidades. O governo do Estado precisa olhar para Governador Valadares, Contagem, Betim, Igarapé e Neves com outros olhos. Precisamos aumentar os investimentos nas políticas públicas de combate à violência, de promoção ao esporte e de inclusão dos jovens na vida da sociedade, na cultura e no mercado de trabalho.

É importante que o governo regulamente, o mais rápido possível, a lei do Bolsa-Atleta, que foi aprovada nesta Casa e precisa ser implementada. Esperamos que isso aconteça ainda em 2009. Para tanto, é fundamental termos um carinho especial com cidades como essas, onde os índices de homicídio na adolescência ficaram bem acima da média nacional.

Parabenizo a Prefeita Elisa Costa que, ao iniciar seu mandato, já está trilhando o caminho vitorioso implementado, nos últimos sete anos, pelo governo do Presidente Lula, que valorizou as políticas públicas de inclusão social. Valorizou, por exemplo, o importante Ministério do Desenvolvimento Social, dirigido pelo Ministro Patrus Ananias. Parabenizo a Prefeita Elisa Costa, bem como todas as lideranças comunitárias. Espero que façam desse espaço da cidadania um local onde a parceria do poder público com a sociedade civil e com o movimento social organizado possa modificar os indicadores sociais. Espero podermos, acima de tudo, por meio de governos democráticos e populares, salvar a vida dos jovens, dos trabalhadores, enfim, daqueles que hoje morrem nos seus bairros e ruas por falta de política pública adequada. Fica aqui o nosso registro.

Sr. Presidente, registro ainda que ontem, juntamente com a Comissão de Educação da Casa, com o nosso Presidente, Deputado Ruy Muniz, e com a nossa companheira de Comissão, Deputada Gláucia Brandão, estivemos em uma reunião na Secretaria de Planejamento - Seplag - com uma comissão de professores da Uemg e com a nossa Reitora, Profa. Janete. Fomos à Secretária Renata Vilhena para apresentar-lhe uma pauta de reivindicações dos professores.

A situação da Uemg é muito preocupante. Os professores tiveram a oportunidade de fazer um pleito junto à Secretária Renata Vilhena, tendo em vista o reposicionamento da carreira dos professores da Uemg, a fim de que seja implementada a lei que foi aprovada em 2005 e instituiu carreiras no grupo de atividades de ensino superior do Poder Executivo. Infelizmente o reposicionamento das carreiras não foi feito até esta data.

É lamentável, porque a Secretaria de Planejamento diz que não foi possível fazer o reposicionamento, posto que ainda não há um banco de dados atualizado. Não foi alimentado o sistema para a contagem do tempo de serviço dos professores e para fazer o reposicionamento. Ressalta-se que a legislação havia estipulado o prazo de 36 meses para fazer a atualização desse banco de dados, para alimentar o sistema, mas até hoje não se conseguiu fazer isso.

O Estado de Minas Gerais é tão divulgado como um Estado de resultados, eficiência e choque de gestão, mas, quando é para reposicionar o servidor público, fazer a alimentação do sistema de pagamento para saber qual é a carga horária de cada professor e quanto tempo de casa ele tem, a máquina pública estadual é muito lenta, letárgica. É muito estranho haver choque de gestão para algumas coisas e para outras prevalecer a velocidade do camelo ou da tartaruga. Infelizmente o posicionamento, segundo a Secretaria de Planejamento, não poderá ser feito por falta de alimentação do sistema e também porque esse reposicionamento implicaria um impacto financeiro de R\$400.000.000,00 por ano, o que poderia ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estamos tratando é da Universidade do Estado de Minas Gerais, um importante patrimônio do povo, para desenvolver a educação, a ciência e a tecnologia. Também foi pleiteado que os professores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007, com cargas horárias bastante diferenciadas - 8 horas, 9 horas, 12 e 20 horas, enquanto o regime previsto no plano de carreira da universidade é de 20 e 40 horas - tivessem os seus regimes unificados, posto que esse fato estaria dificultando o funcionamento da Uemg. Essa falta de reposicionamento está fazendo com que vários professores da Uemg deixem-na para trabalharem em outras universidades. Isso foi apresentado à nossa Secretária Renata Vilhena.

Chamamos a atenção para o fato de que a Universidade do Estado de Minas Gerais, por determinação da Lei de Diretrizes e Bases, em 2010, portanto, no próximo ano, irá passar por um credenciamento. Se até lá não cumprirmos as metas que preveem um número de doutores e mestres e uma carga horária de dedicação exclusiva, correremos o risco de perder o credenciamento da Uemg, isto é, perder a prerrogativa de sermos uma universidade do Estado de Minas Gerais. Então, para concluir, Sr. Presidente, como avanço obtido nessa reunião, cito o fato de a Secretária ter aceitado a formação de um grupo de trabalho, composto pelos professores e pela direção da Uemg, que fará um estudo técnico sobre os impactos financeiros, e de uma comissão permanente da Uemg, de acompanhamento das políticas, para que, em 2010, Minas Gerais não seja pega de surpresa, perdendo o credenciamento de Universidade do Estado de Minas Gerais.

Felicito todos os professores e a direção da Uemg, levantando alto essa bandeira. Para termos um Estado verdadeiramente soberano, independente e desenvolvido, temos de contar com uma Universidade do Estado de Minas Gerais também altaneira, soberana, com professores valorizados e com uma carreira valorizada. Fica aqui o nosso pleito, e esperamos que esse grupo de trabalho, formado pela Seplag, possa trazer resultados positivos, concretos e objetivos para conseguirmos defender e valorizar os nossos professores e a Universidade do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Sr. Presidente, gostaria de evocar um momento muito agradável que tivemos ontem, juntamente com o Deputado Adalclever Lopes, na inauguração do seu escritório de campanha para a disputa interna no PMDB.

Gostaria de fazer alguns comentários a respeito do que a mídia tem dito e até sobre aquilo que algumas pessoas estão pensando no tocante ao episódio da mudança de comando no PMDB mineiro. Há um fato curioso: alguns perguntam por que não se busca um entendimento entre as partes. Fico me perguntando quais partes, porque, na verdade, só existe um candidato até agora, não há um segundo. O entendimento entre uma parte e ela mesma é coisa interessante de se discutir.

Em relação à situação do PMDB, quando me perguntam, respondo de forma muito tranquila: o PMDB nunca esteve tão bem-estruturado, tão bem-organizado e tão unido em torno de seus propósitos e objetivos. Temos candidato a Governador com 49,2% das intenções de voto, faltando mais de um ano para as eleições e temos os nossos Deputados Estaduais, muito tranquilos nas suas posições para a busca da reeleição. Há outros candidatos que naturalmente aportarão no PMDB, e temos uma bancada federal, que tranquilamente, depois de conversas, pode vir a compor esse novo diretório, sem que haja a disputa que eles dizem existir, mas que, na realidade, não existe.

A inauguração de ontem aconteceu exatamente para mostrar que o PMDB volta às suas origens, ao tempo de Teotônio Vilela, de Ulysses Guimarães e de Tancredo Neves, e tem futuro. Esse futuro, já indicado e escolhido pelas bancadas estadual e federal, é a candidatura de Hélio Costa. Isso está posto de forma peremptória, tranquila. Qualquer pessoa, qualquer órgão da imprensa que queira estipular o contrário não estará dizendo a verdade. Discordâncias entre pessoas do mesmo partido existem; até mesmo o PT tem 10, 11 facções. No entanto, quando chega a eleição, os partidos sempre apresentam seus candidatos, suas propostas. É claro que, em um ambiente humano, há sempre diferenças entre as pessoas. Mas essas diferenças no PMDB - asseguro, Sr. Presidente - estão aplainadas, tranquilas. Nosso candidato Hélio Costa pode descansar tranquilo e continuar desempenhando bem seu papel em nível nacional, no Ministério das Comunicações. Ele não terá problemas com o partido, que se unirá e ajudará a concretizar aquilo que a opinião pública já está expondo de forma clara, ou seja, a preferência por ele, que é o candidato prioritário da população mineira para chegar ao governo de Minas Gerais, na sequência do bom governo de Aécio Neves.

Faço apenas um comentário a respeito disso, Sr. Presidente, uma vez que precisamos desanuviar esse clima criado pela imprensa, sobretudo pela opinião pública publicada, e não pela opinião pública dos companheiros, dos amigos que lá estiveram - o Pimenta estava lá.

Na reunião de ontem, sentimos grande harmonia e tranquilidade por parte de todo o PMDB, ali reunido na busca do caminho de chegar ao governo do Estado. Mas é preciso precaver-nos contra os arautos da desgraça, da miséria, da discórdia, da insidia. Falando de forma clara, agora mesmo sugeri ao Deputado Adalclever convidarmos os Deputados Federais - que o Deputado Adalclever telefonasse a cada um deles - e os Deputados Estaduais a fazer parte da chapa; que seja uma chapa única, juntando todos aqueles que querem construir um futuro para Minas Gerais.

Quero abordar um assunto que já discuti aqui algumas vezes: a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. No princípio do ano e na semana passada fiz uma sugestão, mas não fui ouvido. Por que a Presidência da República ou o setor econômico do governo não enxergam determinadas situações que são de fácil solução, que não agrediria tanto a autonomia municipal como agride a redução do IPI, que foi feita? Mostramos e provamos com números que, se a alíquota da Cofins fosse reduzida para 3,1%, seria substituído todo esse volume de recursos atingidos pela redução do IPI. E a Cofins é apropriada só pelo governo federal, Municípios e Estados não participam dela.

Há um efeito perverso na redução do IPI. Vejamos: toda a economia mineira gira em torno da exportação. O que temos de mais importante e forte é produzido para exportar, e essa exportação já é isenta de IPI e de ICMS, não traz recursos para o caixa do Tesouro. Em verdade, quando fizeram a Lei Kandir para compensar os Estados, em consequência da eliminação da cobrança do ICMS para a exportação, não se lembrou que a Constituição do Estado e a própria Constituição Federal determinam que 25% do ICMS cabe aos Municípios. Assim, a reposição não é feita aos Municípios pela Lei Kandir. Pior, até os Estados estão sem receber o retorno da Lei Kandir. É preciso fazer uma peregrinação fantástica a Brasília; os Governadores têm de ir lá e se humilhar, quase pedir pelo amor de Deus para que se devolva o dinheiro que cabe aos Estados para compensação da isenção dos impostos pela Lei Kandir. Mas o governo federal demora muito para devolver recursos e, quando o faz, devolve parcela. Neste ano, nem 20% do total foi repassado ao Estado.

O que acontece é que temos dois efeitos perversos porque, quando se deixa de cobrar o IPI, o ICMS também cai, porque o ICMS é aplicado à mercadoria, ao produto, depois da aplicação do IPI. E quando se tem problemas na exportação e no repasse das verbas da Lei Kandir, o problema aumenta. Somente neste ano Minas Gerais está perdendo 28,74% do repasse do ICMS que seria arrecadado, em consequência da queda das importações - onde podemos aplicar o ICMS.

Talvez sejam assuntos de difícil entendimento para a população, mas é preciso que toquemos neles para que as pessoas saibam que os Deputados estão interessados na solução dos problemas e buscam orientação. Por que o governo não fez a redução da Cofins, como fez para as motos, para a indústria automobilística? Para as motocicletas isso pode ser feito? Por que não usou o mesmo critério aqui, ao invés de reduzir o IPI, causando tanto problema e dificuldade para os Prefeitos do Brasil? Hoje todos os jornais estampam a queda de 18,7% no repasse do FPM em relação ao mesmo mês do ano passado. O que vão fazer esses Prefeitos? Como vão sobreviver?

No Congresso Nacional, há uma medida provisória que tenta repor uma parte dessa diferença. Considerando-se nossos conhecimentos em finanças públicas, sabemos que, este ano, os Prefeitos perderão R\$3.500.000.000,00 de repasse do FPM, em função da redução da alíquota do IPI. O governo federal já fez uma doação de R\$1.000.000.000,00, distribuída às Prefeituras, o que deu, em média, para as pequenas cidades, R\$60.000,00, R\$70.000,00. Agora, uma nova medida provisória está no Congresso para distribuir mais R\$1.000.000.000,00. Já estamos em agosto. Será que serão distribuídos os R\$3.500.000.000,00 que foram perdidos ou se ficará só na segunda medida provisória de R\$1.000.000.000,00, que dará mais R\$70.000,00, R\$80.000,00 a cada Município, o que não resolve o problema?

Sr. Presidente, propus, sugeri aqui, no Plenário, que devemos nos preocupar com essa situação. Ontem, a Assembleia foi palco de uma grande reunião especial, e dois Senadores e vários Deputados discutiram o fator previdenciário. Falamos na queda do rendimento dos aposentados! Claro que esse fator previdenciário tem uma lógica de mão dupla. Ele fez com que pessoas que contribuíram com 10 salários mínimos estejam recebendo hoje 3 ou 4 salários mínimos de aposentadoria. Mas é preciso também ver o outro lado. Na época em que não havia ainda o fator previdenciário, o salário mínimo estava em torno de U\$100, e hoje está acima de U\$200. Então, nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Mas o governo tinha que enxergar que a correção precisava ser feita pelo menos pelo índice inflacionário, retroagindo ao momento em que se aplicou o fator previdenciário, na tentativa de recompor o salário dos aposentados. Quando as pessoas ficam mais velhas, precisam de mais dinheiro, pois há mais doenças, mais problemas, e elas precisam de recursos para sobreviver.

Integramo-nos nessa luta e gostaríamos de fazer um apelo ao Secretário de Fazenda de Minas Gerais. No orçamento de Minas Gerais deste ano, está prevista a aplicação de R\$68.000.000,00 no Ipsemg, dos quais R\$34.000.000,00 são destinados ao atendimento da saúde e R\$34.000.000,00 ao pagamento dos precatórios. Ora, Sr. Presidente, até agora nenhum centavo desses R\$68.000.000,00 foi repassado à autarquia. O Ipsemg só destinou três parcelas este ano, em mais de sete meses, R\$3.000.000,00 em cada oportunidade, ao pagamento de precatórios. E os nossos velhinhos, coitados, que trabalharam a vida inteira e têm um valor para receber, alguns com um volume até expressivo de recursos, estão aguardando que o Ipsemg tenha dinheiro! Mas, se o Estado está devendo ao Ipsemg e não paga, se a Secretaria de Fazenda não libera o dinheiro ao Ipsemg, como ele pagará os precatórios?

É uma reclamação mais do que justa, Sr. Presidente, que fazemos à Secretaria de Fazenda. Que ela entenda que essa dimensão alimentar do precatório tem que ser olhada com carinho e cuidado. O pagamento do precatório não é o pagamento de uma dívida qualquer; é o pagamento de uma dívida alimentar, de sobrevivência. Milhares e milhares de pessoas estão aguardando essa decisão. Em 2007 e 2008, no Plenário desta Casa, houve intensos debates a respeito desse assunto, e fizemos até uma lei que dá prioridade ao pagamento dos precatórios dos mais velhos, dos que têm mais de 60 anos. Foi uma mudança, e trabalhei muito, junto a outros companheiros, para que pudéssemos pagar com prioridade aos mais velhinhos que têm dinheiro a receber. Há pessoas que têm dinheiro a receber desde 1970. Os precatórios são formados a partir de uma decisão judicial, e a data é 1985, 1990, quando houve decisão judicial a respeito de cada precatório.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, resume-se ao fato de que, até agora, o Ipsemg só pagou 144 precatórios. E existe um crédito orçamentário, o dinheiro está disponível no Orçamento. Já estamos em meados de agosto, e a Secretaria de Fazenda não repassou um só tostão para o pagamento de precatórios.

Isso nos preocupa, porque agora os Juizes retornam das férias, e a conciliação voltará a acontecer. Haverá dinheiro? O Ipsemg está fazendo o que pode e retirando do seu caixa próprio recursos para pagar precatórios. Se o Estado pagasse o que precisa pagar, ou seja, R\$34.000.000,00, isso teria de ser feito em duodécimos, mas, até agora, não foi pago nada. Se a Secretaria de Fazenda entendesse a questão humanitária envolvida no pagamento do precatório, não estaria retendo os recursos. Os R\$34.000.000,00 são a parte repassável ao Ipsemg para o pagamento de precatório. Isso é muito pouco dinheiro para justificar que se deixe tantas pessoas sofrendo.

Gostaria de pedir ao Secretário de Fazenda - aliás, quero até conhecê-lo pessoalmente, pois dizem que é muito competente - que chegue em casa e olhe para a sua mãe e o seu pai e verifique se não há ninguém em sua família que ficou dependente de um precatório para saber o que é sofrer ao longo de anos e anos, ou seja, de 20 ou 30 anos, esperando a garantia de um direito sagrado: o direito alimentar.

Portanto, peço à Secretaria de Fazenda empenho para cumprir o Orçamento e repassar os recursos nele destinados ao pagamento dos precatórios do Ipsemg. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, público presente e que nos acompanha pela TV Assembleia, gostaria de tratar de uma questão referente a um tema que temos trabalhado aqui de forma continuada e que, aliás, diz respeito à Cemig. Sempre temos mencionado, acompanhado de perto, monitorado o Luz para Todos e realizado um trabalho de sensibilização e de mobilização quanto ao programa. Acreditamos que, pela importância que tem para todo e qualquer Município ou Estado da Federação, esse programa não poderia ser diferente entre nós em Minas Gerais. Felizmente, estamos com a esperança renovada. A informação que estamos colhendo junto à área técnica é que, finalizado todo o levantamento e a validação dos cadastros, que até então estavam sendo efetuados por meio da Emater e que alcançaram o volume de 115 mil - descontando os 55 mil já do último contrato, sobriam 60 mil para um novo contrato -, a Cemig celebrará um novo contrato com a Eletrobrás para a realização de 70 mil ligações, a fim de atender, de forma universal, a todas as pessoas em Minas Gerais que moram no meio rural e ainda aguardam o atendimento pelo Luz para Todos.

Sr. Presidente, ainda em relação ao Luz para Todos, gostaríamos de dizer que o nosso Noroeste de Minas - os Municípios da Bacia do Rio Paracatu, da minha querida Paracatu, do Rio Urucuia - e o Norte de Minas - Jequitinhonha e Mucuri - são as regiões que apresentam o maior número de ligações ainda a serem feitas. Portanto, de novo, o que é uma perversidade, regiões mais pobres e com economia menos dinâmica são exatamente as que vão ficando para trás. Se hoje interrompessem a execução do programa - aliás, não acreditamos de forma alguma que isso acontecerá -, essas regiões correriam o risco de ser novamente penalizadas.

Acreditamos que tanto o Presidente Lula, que conclui o seu segundo mandato no ano que vem, como o Governador Aécio Neves estão empenhados em que o Luz para Todos seja concluído. Se não der para concluir todas as ligações, que, pelo menos, fique tudo consolidado, contratado e, preferencialmente, com as empresas já licitadas e instaladas em campo, para garantir a conclusão desse programa com a interiorização do desenvolvimento.

Sr. Presidente, apresentamos requerimento na Comissão do Trabalho solicitando audiência pública, que se realizará amanhã, às 14h30min. Gostaríamos de trazer a público essa informação e convidar todos os interessados. Queremos discutir a importância da Cemig no Estado de Minas Gerais. Essa empresa presta serviço de energia elétrica em quase todo o Estado, por isso merece uma atenção especial nesta Casa. O que queremos nessa audiência pública é conhecer a atual situação dos recursos humanos da Cemig. Queremos saber a composição do seu quadro funcional, como está a realização e a convocação dos concursos públicos e também conhecer as questões administrativas de centralização e de transferência de funcionários das cidades do interior para os grandes centros e para a Capital. Além disso, queremos discutir segurança no trabalho e prevenção de acidentes dos funcionários da empresa.

Sr. Presidente, nossa solicitação justifica-se em função de muitos pedidos que nos fizeram, por correspondência ou mesmo pessoalmente, lideranças sindicais dos eletricitários do Estado. Eles pediram que fizéssemos discussões pertinentes ao assunto, para colhermos opiniões, sugestões, críticas e conclusões coletadas nas diversas reuniões promovidas pelo Sindicato dos Eletricitários no interior. O Sindieleto tem uma tradição de mobilização muito forte em nosso Estado, de luta e de defesa dos interesses dos servidores eletricitários. E, mais uma vez, contaremos com a sua capacidade de mobilização para fazermos uma excelente audiência pública amanhã, na Comissão do Trabalho, às 14h30min, a fim de discutirmos todas as questões relativas aos recursos humanos da Cemig. Aguardamos todos os interessados.

Gostaríamos também, Sr. Presidente, de fazer uma reflexão. Somos de Paracatu, uma cidade histórica de Minas Gerais, do Ciclo do Ouro. Estamos felizes com a comemoração do PAC das cidades históricas, que será lançado no dia 28 deste mês pelo Presidente Lula. Defendemos essa iniciativa em nossa cidade de Paracatu, ao lado de várias outras cidades históricas de Minas Gerais. Na verdade, a única cidade histórica do Noroeste de Minas é Paracatu, portanto ela está também contemplada no PAC das cidades históricas. Felizmente, temos um considerável patrimônio histórico, com muitas construções e uma arquitetura colonial muito singela, diferente do barroco mais requintado do centro das Minas Gerais, mas muito bonito e simples, como é o barroco das cidades de Goiás, e que merece uma atenção especial. Infelizmente, até hoje lutamos em Paracatu com muita dificuldade para preservar esse patrimônio, principalmente as duas igrejas tombadas em nossa cidade: a da Matriz de Santo Antônio e a do Rosário.

Espero - aliás, o nosso Prefeito Vasquinho já está sintonizado, atento e comemorando essa oportunidade - que possamos auxiliar, de fato, na conservação dos imóveis do patrimônio histórico de Paracatu, incluídos os particulares. Essa possibilidade existe nas diretrizes que serão lançadas no PAC das Cidades Históricas, como a que trata do cabeamento subterrâneo na parte histórica e da garantia dos imóveis públicos, assim como dos particulares, que também compõem esse acervo do patrimônio histórico de Paracatu.

Por falar em Paracatu, Sr. Presidente, queremos fazer uma mobilização. Aliás, já estamos trabalhando nisso há algum tempo, e agora acreditamos que estão sendo dadas as condições para que essa cidade possa executar o seu plano de desenvolvimento sustentável, envolvendo as mineradoras, como a Rio Paracatu Mineração e a Mineração Morro Agudo, do Grupo Votorantim, assim como todo o setor produtivo da nossa cidade, de maneira especial a agricultura tecnificada, de ponta, do agronegócio, além dos agricultores familiares, o setor de serviços, do comércio e da indústria. Enfim, as condições para se criar um fórum, como está preconizado em todas as metodologias do desenvolvimento sustentável local e da Agenda 21. Todos esses parceiros estarão reunidos num fórum, com representantes legítimos, para uma reflexão sobre a dinâmica local e o planejamento, de forma muito racional, da diversificação da produção em nosso Município, a fim de fazer frente àquilo que já foi anunciado e que a maioria das cidades mineradoras de Minas Gerais, que esgotaram a sua produção, já viveram. Trata-se da diminuição, um impacto muito grande na economia local, com o fim da atividade minerária. Paracatu não pode dar-se ao luxo de permitir que isso aconteça, mesmo porque, Sr. Presidente, a nossa cidade já viveu essa experiência no passado. Após se exaurirem as minas de ouro, ainda no Brasil Colônia, no Ciclo do Ouro, Paracatu entrou num processo de estagnação econômica e cultural que durou décadas, até mesmo séculos, só voltando ao que era com a construção da Capital federal na década de 60 e também com a chegada da agricultura moderna, de ponta, no cerrado brasileiro.

Portanto, devemos aprender com essa história, aproveitar o aprendizado de quem sabe dos malefícios de subtrair de uma economia volumes tão grandes de recursos, atividades que dinamizam a economia, como as que se desenvolvem novamente hoje em Paracatu, onde em torno de 30% da economia local está relacionada com a mineração. É preciso diversificar as atividades produtivas, mobilizar toda a comunidade, para encontrar novas vocações, aprofundar, conhecer melhor e dinamizar as vocações que já existem, como o turismo do patrimônio histórico, o cultural, o de negócios e o ecoturismo, uma vez que Paracatu está muito próxima de Brasília, o maior mercado de turismo do Brasil.

Também acreditamos ser fundamental conseguir uma negociação bem-feita com as mineradoras, para que elas cumpram a sua responsabilidade social de fato, não apenas garantindo a recuperação de áreas degradadas uma vez terminada a exploração, mas, acima de tudo, auxiliando e apoiando a diversificação e a dinamização da economia local. Poderia apoiar, por exemplo, uma vocação que cresce muito na nossa cidade e que é um resgate histórico do valor e da pujança cultural de Paracatu: a ampliação da oferta do ensino superior.

Serão inauguradas brevemente as instalações do Cefet Paracatu, por meio dessa frente que o Presidente Lula abriu em todo o País, ampliando a oferta do ensino técnico profissionalizante. Paracatu também foi contemplada. O nosso Cefet muito brevemente estará apto a acolher em torno de 2 mil, 3 mil alunos, o que contribuirá para ampliar essa frente ligada ao ensino técnico na cidade, que está se transformando efetivamente em cidade universitária. Essa é mais uma oportunidade para diversificar a economia local, pensando-se na garantia do desenvolvimento sustentável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 21/7/09, que nomeou José Rodrigues da Silva Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando José Carlos Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Michele Farah Ziade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Doutor Rinaldo

exonerando Irene de Lourdes da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando João Donizete Chaves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Flávio Henrique Marcellos de Almeida para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Marcos Antonio da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando, a partir de 17/8/09, Vânia Cristina da Silveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Cristiane de Freitas Costa Godinho do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Aline Andrade Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 31/8/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de gravadores digitais portáteis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante o pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cottar Manutenções Ltda. Objeto: prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, do Edifício Tiradentes e seus anexos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a partir da assinatura. Dotação Orçamentária: 1011-01-122.701-2.009 (3.3.90.39)